
**ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES:
NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE UM CIRURGIÃO PORTUGUÊS
NO BRASIL MERIDIONAL NO SÉCULO XIX**

**JOSÉ ANTONIO DE MORAES:
NOTES ABOUT A JOURNEY OF PORTUGUESE SURGEON IN
SOUTHERN BRAZIL (XIXth CENTURY)**

Raul Rois Schefer Cardoso

Doutorando em História/PPG em História UNISINOS; Professor/UNILASALLE
rois1@terra.com.br

RESUMO: em 1863, numa fazenda localizada às margens do Rio Taquari, cerca de 100 quilômetros de Porto Alegre, uma insurreição escrava se anunciou. As autoridades provinciais e locais rapidamente se mobilizaram, e os cabeças do movimento foram presos e levados para a capital da província, onde foram devidamente interrogados. O *locus* daquele movimento foi a fazenda da Conceição, pertencente ao cirurgião Antônio José de Moraes, onde cerca de 168 cativos viviam. O inquérito policial evidencia que não se tratou de um movimento insurrecional, mas de uma desordem, que objetivava a garantia de manutenção de direitos costumeiros. Pesquisas posteriores nos permitiram verificar que essa fazenda pertencia, até o ano anterior, ao Barão de Guaíba (falecido em 1862) e que o cirurgião Moraes era seu compadre e herdeiro universal. Partindo desta comunidade escrava específica, pretendemos dialogar com fenômenos amplos e complexos que marcaram a sociedade brasileira na segunda metade do século XIX investigando, de quais formas a perda de legitimidade da escravidão, o fim do tráfico internacional de escravos (1850), o tráfico interprovincial, a imigração européia, a Guerra do Paraguai, a Lei do Ventre Livre (1871) e a abolição impactaram e influenciaram essa comunidade de senzala.

PALAVRAS-CHAVE: Elite. Escravidão. Estratégias.

ABSTRACT: in 1863, on a farm located close of the River Taquari, about 100 kilometers from Porto Alegre, a slave insurrection was announced. Provincial and local authorities quickly mobilized, and the heads of the movement were arrested and taken to the provincial capital, where they were interrogated properly. The locus of that movement was the farm of Conception, belonging to Surgeon Antonio José de Moraes, where about 168 prisoners lived. The police investigation shows that this was not an insurrectionary movement, but a disorder, which aimed to ensure the maintenance of customary rights. Later research allowed us to verify that the farm belonged to the previous year, the Baron de Guaíba (died 1862) and that the surgeon Moraes was his friend and sole heir. Based on this specific slave community, we intend to engage with large and complex phenomena that marked the Brazilian society in the second half of the nineteenth century investigating in what ways the loss of legitimacy of slavery, the end of the international slave trade (1850), the interprovincial trade, European immigration, the Paraguayan War, Law of the Free Womb (1871) and the abolition impacted and influenced this community of slave quarters.

KEYWORDS: Elite. Slave. Strategies.

Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos setenta e cinco aos vinte e cinco dias do mês de Janeiro do dito ano nesta Leal e Valorosa cidade de Porto Alegre em meu cartório compareceu presente a todos, digo, presente o testador Antônio José de Moraes, morador nesta cidade e reconhecido pelo próprio de que dou fé.¹

A transcrição acima é parte do testamento de um médico ou cirurgião português, Antônio José de Moraes, que no início do século XIX chegou na província de São Pedro, ao que parece sem muito cabedal. As informações que temos sobre sua trajetória de vida ainda são pequenos fragmentos, poderíamos afirmar com um excesso de preciosismo, que para nossa pesquisa ele ainda é um fantasma. Contudo, esses fragmentos nos dão pistas de suas redes de sociabilidades e as estratégias utilizadas para ascender socialmente.

Este artigo tem por objetivo colaborar com as pesquisas que buscam deslindar as estratégias familiares e a formação social das elites no extremo sul da América colonial portuguesa, no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Contudo, é importante lembrar que estes estudos fazem parte da minha pesquisa de doutoramento que tem por finalidade analisar uma comunidade de escravos, cuja trajetória inicia nas primeiras décadas dos oitocentos, com a chegada a Província do Rio Grande de São Pedro de Manoel Alves dos Reis Louzada, futuro Barão de Guaíba, que se instalará em Porto Alegre com casa de comércio e propriedades voltadas para a extração de madeira e pedreiras em Taquari. Propomos identificar as consequências para a comunidade escrava ali gestada, de fenômenos macros como a chegada de imigrantes europeus (principalmente alemães), a Lei do Ventre Livre, a Guerra do Paraguai, etc.

Há aproximadamente três anos, o professor e pesquisador Paulo Roberto Moreira me apresentou dois documentos nos quais afirmava-se que no interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas não tão longe da capital, distante aproximadamente 100 km, mais precisamente em Taquari, no ano de 1863, havia ocorrido uma insurreição de escravos². No entanto, a própria fonte já esclarecia que não se tratava de uma insurreição: "A polícia logo

¹ APERS – Cartório da provedoria, Porto Alegre, maço 69, auto 1903, ano 1875. Inventariado: Antônio José de Moraes.

² AHRS – Fundo Polícia, Inquéritos, maço 3. Auto de Perguntas – 17 de janeiro de 1863 – Secretaria de Polícia de PORTO ALEGRE – Chefe de Polícia Dario Rafael Callado; ANRJ - Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1585 – Caixa 6637, Dep. 211. Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – Ofício nº 64, de 11.01.1863.

foi mandada até a Fazenda da Conceição, pertencente ao cirurgião-mor Antonio José de Moraes e prendeu os cabeças do que rapidamente ficou esclarecido tratar-se de uma desordem e não exatamente uma sublevação” (CARDOSO; MOREIRA, 2012, p. 1). Instigados pelas duas documentações, nos aprofundamos nas fontes e descobrimos que a Fazenda da Conceição era na realidade parte do vasto patrimônio de uma figura importante da história do Rio Grande do Sul, Manoel Alves dos Reis Louzada, Barão de Guaíba, falecido em 1862, ou seja, um ano antes da desordem promovida pelos escravos. Optamos então por pesquisar toda a documentação que estivesse, ou pudesse estar, ligada a Manoel Alves dos Reis Louzada, como um fio nominal conduzindo nossa pesquisa.³

Revel (1998, p. 21), ao analisar a proposta micro-histórica, comenta um texto de Ginzburg e Poni sobre a questão do "nome":

[...] construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escola do individual não é vista aqui contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste ao acompanhar o **fio de um destino particular** - de um homem, de um grupo de homens - e, com ele, a multiplicidade de espaços e dos tempos, **a meada das relações nas quais ele se inscreve** (grifos meus).⁴

Concordamos com Oliveira (2006, p. 18), que, ao analisar a trajetória de um africano ilegalmente escravizado, nos alerta que: “Cabe, ressaltar, porém, estarmos ciente de que o estudo de uma trajetória individual por meio de um olhar micro não pressupõe, porém, a primazia do fragmento ou unicamente de uma escala de observação reduzida”.

Ao pesquisarmos fragmentos de informações perdidas nas mais diferentes fontes sobre a vida de uma pessoa, procuramos entender a sociedade em que ela viveu e de que forma todos os envolvidos nessa sociedade faziam suas opções e suas estratégias.

³ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Manoel de Aguiar Vallim, um homem e sua casa. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). Resgate. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 21; Nossas pesquisas até o momento se concentraram em fontes eclesiais do município de Taquari e Porto Alegre, esse último local de residência do Barão, Processos Crimes, Inventários, Testamentos, documentação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

No Rio de Janeiro pesquisamos nos fundos documentais custodiados pela Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

⁴ GINZBURG, Carlo & PONI, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989.

Manoel Alves dos Reis Louzada foi um agente atuante na sociedade em que viveu. Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1785, aos cinco anos foi morar em Portugal, retornando 13 anos mais tarde, permanecendo um ano no Rio de Janeiro e em seguida transferindo negócios e residência para Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.⁵ Louzada era o filho mais moço de 8 irmãos e pertencia a uma família de negociantes de *grosso trato*, com ramificações de negócios em Portugal e no Rio de Janeiro, sendo que um de seus irmãos já estava estabelecido no Rio Grande⁶. Acreditamos que possivelmente a vinda de Louzada para o Sul esteja ligada a uma estratégia de "alargamento" dos negócios da família Louzada, quem sabe identificando na Província de São Pedro possibilidades de crescimento da região e possíveis ganhos para seus negócios.

À medida que nossa pesquisa avançava, mais informações se acumulavam na trajetória do Barão de Guaíba; sua estratégia referente aos negócios foi comprar terras em Taquari e adquirir os primeiros escravos. Em Porto Alegre abriu uma casa de Comércio⁷ e participou ativamente na política, sendo eleito suplente de deputado provincial na 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul⁸.

Comissoli (2006, p. 130), ao pesquisar sobre a formação das elites do Rio Grande do Sul, afirma que:

O número de envolvidos com o comércio, por sua vez, assume um vulto exagerado dado o alto número de indivíduos cuja dedicação econômica desconhecemos. A proporção de envolvidos com o comércio e com a pecuária provavelmente mudaria radicalmente se identificássemos as atividades econômicas que permanecem ignoradas. Paralelamente, é bastante provável que muitos dos comerciantes aqui identificados também se envolvessem em algum grau com a agropecuária possuindo terras em alguma escala e criando pelo menos um pequeno número de cabeças de gado, como era recorrente no Continente de São Pedro.

⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - ACMRJ – Casamento, Caixa 1832, Notação 28497, contraentes: Manoel Alves dos Reis Louzada e Anna Amália de Espie, 23-12-1816.

⁶ ANTT - Fundo: Juízo da Índia e Mina [1700-1833], Subfundo: Juízo das Justificações Ultramarinas [1700-1833], Série: Justificações Ultramarinas respeitantes ao Brasil [1745-1833], Unidade de instalação: Maço 168 - 1756-1821

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino - Requerimento do negociante do Rio Grande de São Pedro do Sul, Manoel Alvares dos Reis Lousada, ao rei [D. João VI], pedindo para ser condecorado com o Hábito da Ordem de Cristo. Caixa 20 Documento 14. Ver também: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - Comarca do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Tribunal do Júri, Processo n°: 179. Réus: João, (25 anos, Angola, pintor) e Pascoal (30 anos, Cabinda), ambos escravos de Manoel Alves dos Reis Louzada. Vítima: Antônio Joaquim de Abreu. Crime: Homicídio.

⁸ Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), Seção de Manuscritos - Localização: C-0802,001,2,3.

Porém, a documentação pesquisada ainda tinha muito a nos apresentar. Quando nos debruçamos sobre o testamento do Barão, nos surpreendemos com 23 escravos alforriados, dentre os quais 21 envolvidos em relações familiares sacramentadas pela Igreja. O inventário, além dos bens de Raiz, listava 168 escravos, algo impressionante para a Região e até para o Brasil⁹. Entretanto, mesmo com todo o poder nas mãos, os senhores não são senhores de seus destinos, todos estão envoltos numa estrutura que não é produzida por eles e que está em constante movimento. O Barão de Guaíba, ao morrer, deixou uma herança avaliada em 225:301\$142. Sua sobrinha e esposa haviam entrado em estado de demência e, na busca desesperada pela cura, procurou amparo na família, em Portugal, e melhores condições médicas na Europa¹⁰. Com a idade avançada, 75 anos, possivelmente temendo a morte, Manoel Alves dos Reis Louzada, de próprio punho, escreveu e assinou seu Testamento, legando todos seus bens a seu compadre e herdeiro universal Antônio José de Moraes¹¹.

Para entendermos um pouco da vida do cirurgião Moraes, é necessário que saibamos um pouco deste mundo em que ele estava inserido. Como afirmamos anteriormente, tanto Moraes como Louzada foram homens de dois continentes. Ambos viveram em Portugal, ambos tiveram contato com a sociedade do Rio de Janeiro. Quanto a Moraes, não sabemos ao certo quanto tempo permaneceu por lá, e Louzada nasceu e viveu até os cinco anos no Rio de Janeiro. E, por fim, suas vidas acabaram por se cruzar na Província de São Pedro. Essa última afirmação está tomada de incertezas, pois a pouca documentação que dispomos de Moraes não nos permite afirmar que os dois tenham cruzado seus destinos no sul do Brasil, ou se já eram conhecidos dos tempos de Portugal.

O século XVIII e XIX foi marcado pelos atritos imperialistas entre a França e a Inglaterra; conforme Bicalho (2003, p. 52):

O século XVIII começou sob a rivalidade franco-britânica. A Inglaterra conquistava passo a passo maior preponderância nos mares e no mundo ultramarino, enquanto a França presenciava um sensível declínio de seu poderio continental, uma vez que as questões coloniais começaram a pesar cada vez mais na balança do poderio e da influência das grandes potências.

⁹ Sobre escravidão e plantéis de escravos ver: GUIMARÃES (2009); VENÂNCIO (2012); SCHEFFER (2012), VARGAS (2012); BERUTE (2006).

¹⁰ APERS - Auto de Justificação de Demência Manoel Alves dos Reis Lousada - Justificante; Anna Amalia Lousada - mulher do justificante- Processo 1324, Ano 1852. Comarca de Porto Alegre.

¹¹ APERS - Testamento - Comarca de Porto Alegre Processo 1549, ano 1860.

Essa rivalidade acabava por envolver o conjunto das nações europeias e determinava as instabilidades ou a sobrevivência dos Estados menores. Em Portugal, passada a Restauração, o sentimento era de temor, vivendo em eterno dilema nos conflitos intestinais europeus, vendo seus interesses colocados em jogo nas constantes sucessões dos tronos europeus.

Sobre esse contexto Bicalho (2003, p. 52) afirma que: “para Portugal, a persistência da aliança inglesa e a consequente preservação da integridade territorial do reino e de seus domínios coloniais seriam a marca registrada dos Setecentos”.

Contudo, para entender Portugal desse período, mesmo que brevemente, é necessário salientar a política pombalina. José de Carvalho e Melo, agraciado com o título de marquês de Pombal, em 1770 governou como autêntico ditador de Portugal durante 22 anos.

[...] constituem um período da história portuguesa que deixou marcas profundas e duradouras até os dias de hoje. Seria absurdo tratar da história portuguesa da segunda metade do século XVIII sem levar em conta, ainda que resumidamente, este personagem extraordinário, misto de médico e monstro, que afetou seu país tão profundamente para o bem e para o mal. A implacável supressão dos jesuítas, as bárbaras execuções dos aristocratas Távora e do louco padre Malagrida, sua política de absolutismo real à *outrance*, a drástica reforma educacional, e as atitudes que tomou em relação à aliança anglo-portuguesa, aos problemas dos judeus e à discriminação racial, tudo teve repercussões amplas, tanto em sua época como muito tempo. (BOXER, 2002, p. 190).

Nesse mesmo período, no século XVIII, o Rio de Janeiro passava por profundas transformações políticas, sociais e econômicas; conforme Fragoso a cidade do Rio de Janeiro.

[...] consistia na principal praça mercantil do Atlântico Sul e, desde algum tempo, das terras lusas - era o ponto de encontro de rotas comerciais vindas do Índico, da África e da Europa, isto sem mencionar aquelas provenientes dos mercados regionais disseminados pela América Lusa. Estes comércios - entre eles o de escravos, de alimentos, têxteis etc. - e finanças eram então controlados por pequeno punhado de negociantes residentes na cidade, à testa de vastas redes comerciais de Lisboa a Goa, passando por Luanda e outros quadrantes do mundo. Em outras palavras, eles tinham, em suas mãos os mecanismos da reprodução física - através do tráfico de escravos - e financeira daquela economia. Desde modo, o Rio de Janeiro e seus negociantes apareciam como uma excelente porta de entrada para o

entendimento dos mecanismos de reprodução econômica do centro-sul da América lusa. (FRAGOSO, 2013, p. 14).

Fragoso afirma ainda que "em princípios do século XVIII ela (a cidade do Rio de Janeiro) deixa de ser apenas um ponto estratégico nas rotas do Atlântico Sul luso e sede de uma capitania de base rural, para começar a se transformar na principal praça mercantil do mesmo Atlântico" (FRAGOSO, 2013, p. 23).

Ao analisarmos tais transformações econômicas e políticas percebemos novas normatizações régias com o intuito de retirar a autonomia dos camaristas, favorecendo a uma política voltada para o poder monárquico. Através do desenvolvimento de um aparelho burocrático, estruturas militares e forte controle fiscal, a monarquia objetivava ter um controle absoluto sobre seus domínios territoriais e seus súditos, "a primeira metade do setecentos é, assim, marcada por uma clara atuação da coroa no sentido de reduzir a forte autonomia que marcou o comportamento das elites coloniais no século XVII" (SAMPAIO, 2007, p. 231).

Entretanto, essa ideia de um poder absoluto deve ser vista com cuidado, pois, conforme Bicalho (2003, p. 342):

A vontade ou a necessidade desta intervenção não era, no entanto, uma via de mão única, nem sempre correspondendo a uma iniciativa exclusiva do governo central, partindo muitas vezes das próprias autoridades locais. Isso decorria do crescente prestígio que a justiça real vinha adquirindo, e da visão de mundo dos contemporâneos acerca da função arbitral do monarca [...].

A monarquia lusa, no período do Brasil colonial, na realidade não exercia uma autoridade absoluta. Para conseguir se estruturar de uma forma que dessem resultados positivos para o reino, esse "delegava" poderes para os conquistadores. Os municípios (repúblicas), através das Câmaras, tinham a autonomia de regular a vida "paroquial"; se por um lado havia uma *liberdade* consentida para as elites locais, o rei expressava seu poder através da concessão de mercês, *prêmio* concedido para aqueles que defendiam os interesses do monarca. Concordo com Fragoso e autores que entendem que essa lógica, juntamente com a questão religiosa, conseguia dar alguma, ou total, estrutura para um império tão vasto e diversificado como o lusitano.

Se fizermos uma leitura correta, pensamos se não poderia passar por esse raciocínio a vinda das famílias lusas para o ultramar. O pai do Barão, português, casou com Francisca

Maria de Jesus, nascida na cidade do Rio de Janeiro, o avô por parte materna casou também com uma nascida no mesmo local. Haveria uma lógica dentro dessas redes: unir a questão mercantil, já que eles eram ligados ao comércio, com ascensão e inserção social. O pai de Francisca, a mãe do Barão de Guaíba, é citado nos documentos da Cúria do RJ, casamento de Domingos e Francisca, como homem de negócios, em Braga Já o avô paterno do Barão, já havia morrido quando do casamento de Domingos e Francisca. A documentação que pesquisamos não fala de seus negócios, acreditamos que eram mercantis. Resumindo, achamos que esses portugueses percebiam esse mecanismo e buscavam inserção e destaque na *república* através destes laços matrimoniais; por outro lado percebiam a importância, *endógena*, do monarca, e demonstravam reconhecer tal autoridade através de pedidos de mercês - hábitos, títulos etc. - o que, na realidade, dava visibilidade a seus atos, como, por exemplo, emprestar dinheiro para construir navios para a guerra. (MOREIRA; CARDOSO, 2013, p. 16).

Antônio José de Moraes era natural da cidade do Porto, filho de Custódio José de Andrade. Acreditamos que tenha nascido entre 1791 e 1793 e que teria chegado ao Brasil, mais precisamente ao Rio de Janeiro, em 1815 entre seus 22 e 24 anos.¹²

A pesquisa até esse momento não nos permite avançar muito sobre a trajetória de Antônio Moraes, no entanto, podemos supor que ele não herdou um capital imaterial e relacional em tais dimensões que lhe abrisse portas e encurtasse caminhos tortuosos. Moraes foi casado, em primeiras núpcias, com Constança Perpétua Fernandes de Moraes, de cujo consórcio estão relacionados no inventário 11 filhos,¹³ e em segundas núpcias com Rita de Figueiredo Pinto Viégas.¹⁴

Possivelmente ele tenha chegado em setembro de 1815 em Porto Alegre, pois apresenta às autoridades competentes sua Carta, habilitando-o a exercer a profissão de cirurgião nos domínios do reino de Portugal, assinada pelo Cirurgião Mor do Reino. A documentação pesquisada até o momento não nos possibilita afirmar quanto tempo ele

¹² Biblioteca Nacional - Localização - C - 0614,012 nº 004 Localização Antiga - C 7,19 Autoridade: MORAES, Antonio Jose de. Título - Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando condecoração com o Hábito de Cristo. Local - [S.L.] Data - 1820-1826 Paginação - 5 docs. Coleção - Documentos Biográficos Assuntos - Militares Notas: Orig. Ms. Moraes apresenta em maio de 1815 no Rio de Janeiro, Carta de habilitação para exercer Cirurgia e Medicina.

¹³ Inventário nº 434, APERS, 2º Cartório do Cível, maço 15, ano 1873. Inventariado: Constança Perpétua Fernandes Moraes; inventariante: Antônio José de Moraes e filhos.

¹⁴ APERS – Cartório da provedoria, Porto Alegre, maço 69, auto 1903, ano 1875. Testador: Antônio José de Moraes.

permaneceu no Rio de Janeiro e quais as motivações que o conduziram a se transferir para Porto Alegre.

Luciano Costa Gomes, em sua dissertação de mestrado, ano analisar a Porto Alegre dos fins do século XVIII e início do XIX, afirma que a partir de 1772, "o porto dos casais tornou-se Porto Alegre, centro administrativo, político e comercial da capitania. A situação era muito particular, pois a freguesia era uma capital com Câmara, mas não era uma Vila, condição a qual foi elevada apenas no ano de 1808. Neste período, ocorreu um enorme crescimento da população[...]". (GOMES, 2012, p. 32).

Para o autor, essas transformações:

[...] devem ser compreendidas a partir de fundo ditado por quatro fatores-relacionados. O primeiro deles é a **formação do sistema produtivo local e sua interação ao sistema mercantil organizado a partir do Rio de Janeiro**. O Segundo é o desenvolvimento da divisão social do trabalho com o surgimento e crescimento de um núcleo urbanizado, ao qual estava associado um cinturão agrícola. Tais fatores são, em nosso entender, determinantes e encontram como esteio o terceiro fator, quais sejam, as particularidades da reprodução das populações livre e escrava na freguesia, **resultantes da migração**, do tráfico de escravos, das relações de classe e das formas de reprodução social e biológica dos diferentes grupos analisados (grifos meus). (GOMES, 2012, p. 32).

Possivelmente, essas características citadas por Gomes deveriam ser do conhecimento da população de outras províncias, aqueles recém chegados de Portugal deveriam procurar se informar onde se encontravam as grandes oportunidades para se iniciar uma nova vida. Por outro lado, estes deslocamentos poderiam ser desdobramentos de redes comerciais elaborados a partir de outras províncias, preferencialmente do Rio de Janeiro. A documentação que dispomos até o momento não nos permite afirmar quais foram as motivações que provocaram o deslocamento de Moraes para Porto Alegre, provavelmente informações sobre o crescimento econômico do continente de São Pedro no período Colonial tardio, mas também o próprio estado constante de beligerância, que abria espaços interessantes de inserção para um cirurgião.

Tânia Salgado Pimenta (2003, p. 307) ao analisar, a partir do estudo de documentos da Fisicatura do século XIX, a presença de práticos sangradores e curandeiros, nos relata o caso de um preto liberto chamado Francisco Joaquim dos Santos, que em meados de 1827

solicitava ao cirurgião-mor do Império licença para praticar a arte da sangria durante um ano. Segundo Pimenta,

Mas, não era apenas os sangradores que tinham de pedir autorização para exercer o seu ofício. Licenças e **cartas** eram obrigatórias para quem quisesse exercer alguma atividade relacionada às artes de curar entre 1808 e 1828. Na verdade, esta regulamentação já existia desde a criação dos cargos de cirurgião-mor, no século XIX, e de físico-mor, no XVI. Sucessivos regulamentos foram definindo melhor as atividades desses profissionais, até que, em 1782, foram substituídos pela Real Junta do Protomedicato, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro, onde existiu até 1828 (grifo meu). (PIMENTA, 2003, p. 307).

Entretanto, somente em 1818 Moraes fará o exame que o capacitará legalmente a exercer o cargo de cirurgião em Porto Alegre.

Ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1818, aos 12 dias do mês de Junho do dito ano, nesta Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre e em casas de moradia do Doutor Julio Cesar Muzzi, Juiz Delegado Comissário do Exmo. Barão de Alvaiair [...] e Físico Mor do Reino-Unido = Estados e Domínios Ultramarinos [...] e sendo ai apresentou-se o Cirurgião aprovado Antonio José de Moraes, como mostrou pela sua Carta, morador nesta vila, pessoa reconhecida de mim Escrivão pelo próprio de que dou fé para efeito de fazer o seu exame de Medicina prática na forma da lei, ao qual exame procedeu o mesmo Doutor Juiz Delegado, e versou este sobre a febre e seus diferentes gêneros, e sobre o conhecimento, prognóstico, cura e medicamentos indicados nas enfermidades seguintes: Nephrites, Peraphrenites e a Pleuris, ao que respondeu o Examinando com suficiente acerto, prontidão e inteligência, assim como também sobre o modo de fazer uma consulta a qualquer Médico, e de inquirir o Enfermo, o que durou pelo espaço de hora e meia além do exame que havia já feito nos dias nove, dez e onze a cabeceira dos enfermos neste Leal Hospital Militar, por cujo motivo achando-o o Doutor Juiz Delegado suficiente para poder Curar de Medicina, com aquelas clausulas, porém do estilo, o deu por aprovado, assim haja por bem o Exmo. Barão de [Alvaiazeria] Físico Mor do Reino-Unido, Estados e Domínios Ultramarinos, a quem deverá o examinando requerer a sua licença de costume. E para constar mandou fazer este auto, que ele Doutor Juiz Delegado assinou [...] comigo Manoel de Jesus Pereira Escrivão que o escrevi e assinei = Doutor Julio Cesar Muzzi = Antonio José de Moraes = Manoel de Jesus Pereira = O referido passo na verdade em fé do que em observância do Despacho do Doutor Juiz Comissário passei a presente que assinei com o Ministro e Examinando, nesta Vila de Porto Alegre aos 15.06.1818 eu Manoel de Jesus Pereira Escrivão da Delegacia que o escrevi e assinei.

Havia uma diferenciação nas atividades do físico-mor e do cirurgião-mor: o primeiro era responsável pela prescrição e fabricação de remédios, e ao segundo cabiam as atividades relacionadas com as intervenções cirúrgicas propriamente ditas. Por outro lado, cirurgiões eram considerados abaixo de médicos e físicos¹⁵. Partindo dessa premissa, Moraes havia chegado ao Brasil duplamente qualificado, pois fora aprovado em Cirurgia e Medicina. Reiteramos que nossa pesquisa sobre o Moraes ainda carece de mais fontes, uma vez que a documentação não nos esclarece aonde foi que Moraes obteve a formação em medicina.

Todavia, aparentemente, esses atributos não foram o bastante para abrirem portas ao recém chegado Moraes, ou, quem sabe, seus planos seriam de alçar voos bem maiores que a dita *Carta* lhe possibilitava.

Apesar da exiguidade de nossas fontes, podemos afirmar que o pesquisador, no exercício de vasculhar arquivos, muitas vezes é premiado; foi o que aconteceu com a documentação pesquisada na Biblioteca Nacional, que trouxe à tona informações reveladoras. Em 1824 Moraes solicita ser condecorado com o Hábito da Ordem de Cristo, porém seu pedido não foi deferido, sendo um novo solicitado em 1826. Essa documentação é rica, pois através dela Moraes procura se qualificar perante a Corte. Ele afirma ter exercido sua função de médico na Europa "*tendo sido mandado exercer a sua arte na maior parte dos hospitais criados em Portugal, Espanha e França*", e segundo o próprio não foi por motivos quaisquer. Moraes, acreditamos, tenta exaltar sua coragem e demonstrar ser um sujeito destemido, pois esses deslocamentos teriam ocorrido "*durante a Guerra da Península*"¹⁶. Moraes é apresentado como médico "*aprovado em Cirurgia e Medicina*", cidadão probo e honrado, ressaltando seu "*ardente patriotismo*". Novamente Moraes tem ressaltada sua trajetória de homem destemido, pois em 1820 se "*oferecera*", mesmo "*gravemente enfermo*", para participar "*gratuitamente*" na guerra contra Artigas, em especial na Batalha de Taquarembó, ombreando-se com o General Conde da Figueira, onde, além das atribuições de cirurgião, acabou "*pelejando*" com "*denodo*" e "*entusiasmo*".

Citando Pujol, Bicalho (2003, p. 342) lembra que "por meio de um profundo corporativismo, de solidariedades estamentais, laços de patrocínio e clientelismos

¹⁵ Ver FIGUEIREDO, 1997; FERREIRA, 2003; CALAÇA, 2005.

¹⁶ Acreditamos se tratar das guerras provocadas pela invasão dos exércitos napoleônicos na península Ibérica ocorrida entre os anos de 1807 e 1814, estando inseridas nas Guerras Napoleônicas.

incentivados pela Coroa, as oligarquias locais, almejando honras e benesses, entreviam a possibilidade de serem incorporadas ao aparelho estatal". Podemos perceber primeiro que Moraes estava buscando se qualificar na sociedade que ele vivia, reconhecia os símbolos de distinção. Chama atenção a solicitação acima, pois Moraes teve seu primeiro pedido negado. Possivelmente, aquele que concedia, o monarca, também deveria sofrer pressões da nobreza para que esse tipo de reconhecimento não se tornasse lugar comum, ou seja, se vulgarizasse, afinal essas condecorações eram distinções sociais e durante longo tempo pertenceu somente a nobreza.

Em 1803 ocorreu a fundação da Santa Casa de Porto Alegre e em 1814 a Fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, porém a inauguração da Santa Casa ocorreu somente em 1826. Essas instituições deveriam se inspirar na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, fundada em 1498. Muito da sua sobrevivência era oriunda de doações e legados; o Estado, representado pelo Império ou pelas Províncias, não auxiliava com dinheiro diretamente¹⁷, mas concedia algumas vantagens especiais através de isenção de impostos, taxas, selos e o privilégio da organização de loterias. As remunerações, como as conhecemos hoje, não havia, mas ocorriam pagamentos através de modestas gratificações pelos serviços prestados, pois na realidade todo o serviço deveria ser gratuito. Quanto aos médicos, o mais comum era um revezamento entre os médicos da localidade, que ofereciam seus serviços de forma gratuita.¹⁸ Normalmente as Irmandades da Santa Casa eram responsáveis pelos Lazaretos¹⁹, local onde os *Lázaros* ficavam de quarentena, sendo que os denominados médicos *Facultativos* eram responsáveis pelo tratamento dado aos pacientes com a doença da Lepra. Esses profissionais eram remunerados, talvez pelo risco iminente que

¹⁷ Há discordâncias quanto a transferência de recursos públicos.

¹⁸ Sobre as Santas Casas sulinas, ver: TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição de assistência a partir das Irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 - c.1891*. Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, 2014; TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007; WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar – medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: UFSM; Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1999; WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)* Tese – Universidade Federal Fluminense, 2007; FRANCO, Sérgio da Costa. *Santa Casa 200 anos: Caridade e Ciência*. Porto Alegre: ISCMPA, 2003.

¹⁹ Conforme Bluteau eram hospitais para leprosos. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 8 v. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br>.

a própria doença propiciava, poderia ser o que hoje chamamos de adicional de periculosidade. Esses médicos Facultativos eram contratados pelas Câmaras Municipais ou pelo Governo da Província. Em 23 de fevereiro de 1845, ficou constando em Ata da Santa Casa o seguinte texto:

Ponderando o Ir. Leonel que o cirurgião deste Hospital Antonio José de Moraes além do grande zelo com que se presta ao curativo dos enfermos, serve-se, em todas as operações, de seus próprios instrumentos cirúrgicos, por que a Santa Casa os não tem; e que este procedimento lhe parecia digno de alguma retribuição; a Mesa resolveu que se lhe **aumentasse o vencimento** do 1º de Março próximo futuro em diante com a **gratificação de cem mil reis (100\$rs)** anuais, independente do respectivo ordenado, em atenção a seus desvelos, e principalmente pela franqueza, com que tem prestado os instrumentos de sua profissão. Livro de Atas nº 5 1843-1850 (grifos meus).

Em 20 de março de 1849, consta em Ata que a *Mesa* deliberou sobre a "*proposta do Irmão*²⁰ *Antonio José de Moraes, Facultativo desta Santa Casa*", que solicitava a transferência de dentro do Hospital "*do preto Luiz pobre, lázaro*". Luiz havia sido transferido de Rio Pardo. Acreditamos que a Santa Casa, no tratamento dessa doença, servia como quarentena, ou seja, o possível leproso ficaria em observação. Sendo constatada a doença, este deveria ser transferido. Foi o que a mesa deliberou ao final do documento dizendo que "fosse removido para um telheiro que com urgência deve ser feito ao lado do nosso Cemitério e que da aqui se lhe mande o alimento e o mais que for preciso, pois era a todos os respeitos muita nociva a presença e tratamento de um lázaro dentro do recinto do Hospital". Nessa mesma Ata, Moraes aparece como Irmão da Irmandade (Livro de Atas nº 5 1843-1850).

Como afirmamos anteriormente, nossa pesquisa ainda é incipiente, visto que a documentação trabalhada até o momento é limitada, não possibilitando confrontar com um número maior de fontes. Entretanto, acreditamos que estes personagens, Barão de Guaíba e Antônio Moraes sejam representantes de uma elite colonial e imperial sul-rio-grandense e ao nos debruçarmos sobre suas trajetórias de vida consigamos aprofundar nossos conhecimentos sobre o Brasil do século XIX sobre a sociedade sul-rio-grandense.

Por outro lado, a documentação pesquisada nos *brindou* com uma dos maiores plantéis de que se tem notícia na região, (MOREIRA; CARDOSO, 2013, p. 4). Nossa pesquisa tem

²⁰ Nossas fontes da Santa Casa e da Irmandade ainda são incipientes, até o momento não conseguimos identificar a data da entrada de Moraes na Irmandade.

também por objetivo entender como se estruturava essa comunidade escrava e quais foram os caminhos construídos por ela. Conforme Fragoso (2013, p. 13):

[...] hoje tenho claro que é impossível investigar a ação de qualquer elite econômica e social sem atentar para suas interações com os chamados grupos subalternos, e estes últimos com os seus respectivos valores e recursos. Afinal, a ação dos chamados subalternos coloca limites e restrições às opções da elite. [...] Os Barões, enquanto elite social, só podem ser entendidos na sua interação com os escravos e demais grupos. Os cativos influíram decisivamente nas escolhas dos senhores do Vale, e com isso nos traços dos últimos.

Nossas pesquisas comprovaram que a trajetória de vida de Manoel Alves dos Reis Louzada e de seu compadre e herdeiro universal Antônio José de Moraes, estiveram entrelaçadas com a trajetória de vida de um grupo de cativos. À medida que a pesquisa avançava, as fontes descortinavam os caminhos percorridos por estes dois membros da elite regional, e, ao mesmo tempo em que acompanhávamos esses dois sujeitos, fomos surpreendidos, pois não se tratava mais de um grupo de cativos, mas daquilo que denominamos de uma comunidade madura de senzala. Contudo, com a morte de Manoel Alves dos Reis Louzada, acreditamos que um novo cenário emergia frente a estes sujeitos. Assim, almejamos identificar e analisar as estratégias dessa comunidade com a chegada na fazenda de um novo senhor, Antônio José de Moraes, e possíveis conflitos que poderiam ter emergido sobre conquistas pretéritas, identificar as consequências da Lei do Ventre Livre na estrutura da comunidade escrava, perceber o impacto da chegada da mão de obra imigrante europeia na região: interdependências entre imigrantes e cativos e os impactos do fim do tráfico internacional de escravos (1850).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERUTE, G. S. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c.1825.** Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. 200 p.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 8 v. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br>>.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Manoel de Aguiar Vallim, um homem e sua casa. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate. Uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

COMISSOLI, Adriano. **Os "homens bons" em seu nicho de poder: prosopografia dos oficiais da Câmara de Porto Alegre (1774-1794)**. Métis: história & cultura - v. 5, n. 10 p. 121-138, jul./dez. 2006.

FRAGOSO, João. Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do sul / Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

GUIMARÃES, Elione. **Terra de preto: usos e ocupação da terra por escravos libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)**. Niterói: Editora da UFF, 2009.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CARDOSO, Raul Róis Schefer. **Costumando Ficar uma das Chaves da Sanzalla na Mão de um Preto: Insurreição, Políticas Senhoriais e Comunidades Negras em Cataveiro (Taquari – RS – Século XIX)**. São Luiz (Maranhão), Anais do III Encontro de História do Império Brasileiro - Cultura e Poder no Oitocentos, 2012.

_____. Trabalhadores, insubmissos e lavradores: Ocupações escravas em uma unidade produtiva mista (Taquari, século XIX). Pelotas, **Anais das VII Jornadas Regionais Mundos do Trabalho** – ANPUH/RS, 2013.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (org.). **Conquistadores e Negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 225-264, 2007.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais e perfis de cativos negociados em cinco municípios gaúchos. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas em análise**. São Paulo: Alameda, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico interprovincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas em análise**. São Paulo: Alameda, 2012.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Cativos do Reino: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, século 18 e 19**. São Paulo: Alameda, 2012.